

HISTÓRIA DO AMAZONAS – O SIGNIFICADO, AS FILIAÇÕES INTELLECTUAIS E O IMPACTO DO MUNDO INTELLECTUAL DOS ANOS DE 1930 NA OBRA INAUGURAL DO HISTORIADOR ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS



HISTORY OF AMAZONAS – THE MEANING, INTELLECTUAL AFFILIATIONS AND IMPACT OF THE INTELLECTUAL WORLD OF THE 1930S IN THE INAUGURAL BOOK BY HISTORIAN ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

EMILY LARISSA PEDROZA CARNEIRO¹

Resumo

Com a virada do século XIX para o século XX muita coisa mudou, sobretudo na historiografia. Com o objetivo de constituir uma identidade nacional, o Estado investiu fortemente na influência da produção intelectual realizada no referido século. No contexto amazônico, a crise das oligarquias amazonenses mediante a queda da economia gomífera refletiu na necessidade de também constituir uma identidade regional, sobretudo com a influência dos intelectuais da época. Com ênfase na pessoa de Ferreira Reis, o artigo em questão se propõe a identificar alguns eixos e matrizes discursivas que possam ter influenciado o pensamento inicial do intelectual amazonense na escrita de sua obra de estreia, História do Amazonas (1931).

Palavras-chave: História do Amazonas; Historiografia Amazonense; Arthur Reis.

Abstract

With the turn of the 19th century to the 20th century, a lot changed, especially in historiography. With the intention of establishing a national identity, the state invested heavily in influencing the intellectual production of that century. In the Amazonian context, the crisis of the Amazonian oligarchies due to the collapse of the gum economy led to the need to also establish a regional identity, especially with the influence of the intellectuals of the period. With an emphasis on Ferreira Reis, the article in question proposes to identify some discursive pillars and matrices that may have influenced the initial ideas of the Amazonian intellectual in the writing of his first book, History of Amazonas (1931).

Keywords: History of Amazonas; Amazonian Historiography; Arthur Reis.

Introdução

Arthur Cézar Ferreira Reis, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, intelectual amazonense e ex-governador do Estado do Amazonas nasceu no início do século XX. Por ter seu crescimento durante o início da República, Reis e outros de sua geração vivenciaram as diversas disputas políticas e as tentativas de se consolidar uma identidade

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: emilylarissa146@gmail.com.



nacional através da intelectualidade recém-formada no estado do Amazonas. Mesmo a criação do IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro -, em 1838, já denunciava o que viria posteriormente: o interesse do Estado em projetar no imaginário social o sentimento nacionalista e ufanista pois, como afirma Carvalho (1990, p. 11), “a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de identidades coletivas”. Sendo assim, é possível pensar a produção historiográfica do início do século XX como o resultado de eixos e matrizes discursivas presentes no final do século XIX e que discutiam as relações entre identidade, nação e intelectualidade no Brasil.

No que tange ao Amazonas, Paiva (2000) situa a instituição de três grandes polos intelectuais como uma resposta à tentativa de criação de identidade regional, sendo eles a criação da Universidade Livre de Manaus (1909), o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (1917), e a Academia Amazonense de Letras (1918) – todos criados no início do século XX. O historiador afirma que, ao se depararem com a queda da economia gomífera e a iminente perda de relevância política e social, as oligarquias amazonenses preocupam-se em reestabelecer um discurso regionalista sobre a Amazônia. A importância, sobretudo, do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) e a Academia Amazonense de Letras (AAL) neste contexto é significativa, pois serão essas instituições que darão legitimidade e visibilidade aos intelectuais em suas produções sobre a identidade regional, bem como sobre a Amazônia.

Durante o século XX, então, a figura de Ferreira Reis assume grande relevância no meio intelectual. Após tornar-se sócio efetivo do IGHA em 1926, Reis torna-se bacharel pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1927 e retorna ao Amazonas no ano seguinte, onde publica sua obra de estreia, *História do Amazonas*, três anos depois, em 1931. Assim sendo, o artigo em questão visa pontuar possíveis eixos e matrizes discursivas que possam ter influenciado a escrita da obra inaugural de Arthur Reis, a partir de reflexões traçadas por autores como Dantas (2014), Souza (2009), Gomes (1999) e Carvalho Júnior (2020).

Uma reconstrução da trajetória intelectual de Ferreira Reis

Para analisar uma obra, ou o conjunto da produção intelectual de um autor, Dantas (2014) faz uso do conceito de *campo*, trabalhado por Pierre Bourdieu. O que é o campo para Bourdieu? Segundo o intelectual: “(...) existe um universo intermediário que chamo



o campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência” (Bourdieu apud Dantas, 2014). Para Dantas, o conceito de *campo* é importante para entender que os agentes sociais produzem suas obras e relacionam-se a partir de lógicas sociais específicas, a fim de agir e produzir em função desse próprio jogo social. Dessa forma, é o estudo do campo em que Reis está situado permitirá um melhor entendimento de seu pensamento - ou pensamentos -, uma vez que esse mesmo campo condiciona a sua produção intelectual.

Reis nasceu em 1906. Filho de pai carioca, Vicente Torres, e mãe manauara, Emília Alves Ferreira, Reis nasce em uma família abastada manauara. Seu pai vem a Manaus a convite de Constantino Nery para assumir o cargo de Prefeito de Polícia e logo depois casa-se com Emília, filha do coronel Cosme Alves Ferreira. Com o auxílio do sogro, Vicente Torres torna-se proprietário do Jornal do Comércio em 1906, local que depois Arthur irá assumir o posto como Redator-Chefe. Arthur Reis foi o único filho do casal.

Reis estudou nos melhores centros educacionais de sua época, como o Ginásio Amazonense Pedro II. Estudou Direito inicialmente em Belém, depois em Manaus, e finalmente se formou no Rio de Janeiro em 1927. O motivo da escolha da área jurídica pode ser apontado pelo fato de seu pai também ter sido um homem do jurídico, mas principalmente pela importância que o curso tinha no campo da produção ideológica e intelectual do Brasil.

Apesar de sua formação, Reis dedicou boa parte de sua vida ao magistério - atuando na área por cerca de dez anos. Trabalhou em várias escolas de Manaus como professor de História e sempre confirmou sua vocação por Clio. Arthur Reis também conheceu Capistrano de Abreu, o maior nome da historiografia brasileira de sua época, e afirmou que sua orientação para os estudos históricos também viria pela influência e o diálogo com Abreu. Ainda sobre a “vocação” de Reis, Dantas recorda a percepção teórica e o *campo* de Bourdieu, ao afirmar que, por trás de uma suposta vocação para os domínios da ciência histórica, Arthur Reis estava imerso em uma lógica social própria e que sua produção nada mais é do que um produto condicionado por um microcosmo que age por regras próprias - sendo esse o campo de produção de bens simbólicos.



ARTHUR REIS E A ESCRITA DA HISTÓRIA NO SÉCULO XX

No plano nacional: década de 30, intelectuais e política

A primeira publicação do História do Amazonas, de Arthur César Ferreira Reis, data o ano de 1931. Com a nova década, mudanças políticas e sociais foram sentidas não apenas no contexto regional, mas em todo o país. Para compreender em quais matrizes discursivas Reis se baseou na escrita de sua obra inaugural é preciso uma análise da produção historiográfica do final do século XIX e início do século XX, bem como da figura do historiador nesse contexto.

Ao se debruçar na análise da cultura política do Estado Novo, a historiadora Ângela de Castro Gomes também desenhou o perfil do historiador e da produção historiográfica nas décadas iniciais do século XX. Para além do IHGB (O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), e a ABL (Academia Brasileira de Letras), Gomes (1999) afirma que no suplemento literário Autores e Livros do O Jornal A Manhã, mais especificamente no núcleo intitulado como “Historiadores”, é possível tecer um panorama de quem era o historiador e no que se baseava a sua produção intelectual.

Com um perfil profissional pouco delimitado no contexto em questão, o historiador era também intitulado como “o intelectual” ou “o homem de letras”. Sendo por profissão juristas, jornalistas e romancistas, historiador era todo aquele que se dedicava não apenas à reconstrução historiográfica através dos documentos, como também aquele que se dedicava ao ofício de reedição, tradução, e ensino da História. O que a autora intitula de “pequeno mundo dos historiadores” (p.43) pode ser apreendido através de dois aspectos centrais: a boa educação e instrução, e a atividade jornalística desenvolvida pelos pares.

A maioria dos intelectuais mais prestigiados e reconhecidos do período são oriundos de famílias abastadas e bem localizadas financeiramente. Isso porque o ofício historiográfico requeria investimento e dedicação profissional para melhor desenvolvimento pelos pares. Arthur Reis se enquadra nesse aspecto uma vez que, fruto de uma família rica manauara, pôde estudar nos melhores centros culturais do Estado, além de ter realizado o seu curso jurídico em três localidades diferentes do país: Belém, Manaus e Rio de Janeiro. Além disso, Reis era filho único de pais da elite manauara, o que, segundo Dantas (2014, p.32), facilitaria sua projeção na carreira profissional, pois,



“um filho único é muito mais passível de receber um maior investimento, tanto financeiro quanto afetivo e cultural por parte dos pais, já que não há outros para disputarem os recursos familiares.”

O segundo aspecto importante levantado por Gomes também é percebido na trajetória de Reis. Para a autora:

(...) são inúmeros os intelectuais, nem tão afortunados, que fundam jornais ao longo de suas vidas. O jornal é um “emprego” e uma tribuna; o local do início da carreira e também um palco de consagração e veiculação sistemática da produção intelectual, nela incluída a produção historiográfica (Gomes, 2007, p.46).

Reis também se enquadra nesse contexto uma vez que seu pai, Vicente Torres, se torna proprietário do Jornal do Comércio no ano de 1906, após ajuda financeira de seu sogro. O legado é passado para o filho e, em 1928, no ano de sua volta a Manaus, Reis torna-se Redator-Chefe do Jornal do Comércio em Manaus. O jornal é um espaço de disseminação da produção intelectual, onde o público em geral conseguiria ter acesso aos escritos de autores que produziam suas obras no momento em questão, sendo necessárias pesquisas posteriores que se dediquem a analisar a recepção da produção simbólica de Arthur Reis através da dimensão dos jornais.

Outro aspecto admitido por Gomes é a presença do intelectual no campo político. Os intelectuais que foram destaque do suplemento Autores e Livros também tinham a sua inserção no aparelho administrativo do Estado. A partir disso, é necessário voltar um pouco no tempo e entender a relação intelectual-política no final do século XIX.

Ângela de Castro Gomes destaca a ABL, Academia Brasileira de Letras, como um locus de produção intelectual do século anterior. Fundada em 1897, reunia em seu grupo intelectuais como Joaquim Nabuco, Visconde de Taunay, Olavo Bilac, José Veríssimo e Machado de Assis. A ABL era o centro máximo de constituição do saber no período, sendo considerada depois, pela geração modernista, como “atrasada culturalmente”. Diversos “historiadores” participaram da formação da ABL e tiveram reconhecimento a partir dela. Institutos, Academias e Organizações são fundamentais no período entre o final do século XIX e início do XX pois a produção histórica advinha desses locais e ganhava projeção a partir deles. A grande diferença, então, entre a ABL e o IGHB era o nível de vínculo estabelecido com o campo político. Gomes (1999) destaca:



Como estamos tratando de homens nascidos no século XIX e dedicados à história, seria mais do que razoável encontrá-los também reunidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e publicando em sua revista. O IHGB é a associação mais antiga e especificamente voltada para esse campo do saber. Digno de nota é que o IHGB parece ter uma posição menos significativa do que a ABL para boa parte da amostra. Isso fica patente pelo fato de muitos dos historiadores serem fundadores da ABL, ou de estarem presentes nesse momento original como patronos de cadeiras, construindo laços intergeracionais. [...] O IHGB guardou por razoável tempo um aroma monarquista, estando, em fins do século, com seus quadros ocupados. Para ser bem específica, para os homens da geração de 1890, era mais difícil entrar no IHGB do que na “sua” ABL (Gomes, 1999, p. 52).

Apesar da tentativa de não se vincular ao campo político, a autora destaca que uma análise mais aprofundada dos intelectuais destacados no suplemento Autores e Livros perceberá que os mesmos tinham alguma relação com o Estado, eles mesmos sendo também vinculados à ABL. Segundo a autora, o objetivo era demonstrar que a relação com a diplomacia não afetava negativamente o intelectual, e sim, o projetava para o mundo. Arthur Reis é um exemplo claro disso. Reis escreve a sua primeira obra e a publica em 1931. Anos depois se torna membro efetivo do IHGB e do IGHA, e em 1964 se torna interventor do Estado do Amazonas durante a Ditadura Militar. Sua vida estava imersa em um emaranhado que relacionava política e História, e que a elas se dedicava, como afirma Gomes (1999).

No plano regional: a produção do saber no contexto amazonense

Entre tantos e diferentes acontecimentos históricos, o século XX na Amazônia pode ser representado por dois eventos que marcaram a produção simbólica de intelectuais imersos nesse contexto: a queda da economia gomífera na região e a consequente perda do monopólio das oligarquias amazonenses. A crise econômica, por sua vez, resultou em uma crise identitária: fez-se necessário a ascensão de um discurso regionalista amazônico. O processo de construção de identidades se amplificou na passagem para o século XX. Mesmo não sendo homogênea e única, as produções deveriam convergir para um fim último: a identidade brasileira. Essa luta pela definição de uma identidade percorre, segundo Dantas (2014), até pelo menos o início dos anos 60. A definição mais concreta do que é ser um historiador também toma forma neste século (1930-1940), ofício esse que deveria auxiliar na construção de uma consciência e identidade nacional. Sobre esse processo de construção de discursos na Amazônia, Paiva (2000) afirma:



(...) a produção de um discurso regionalista sobre a Amazônia, elaborado a partir do contexto da cidade de Manaus só pôde ocorrer com o aparecimento, e o conseqüente desprendimento das demais esferas sociais, de agentes habilitados para a formulação de mensagens e representações identitárias. Esses intelectuais, por sua vez, necessitaram, gradualmente, do suporte e de um aparato institucional que atuasse como uma base de expressão e de legitimação de seus anseios como grupo social distinto. Isso ocorreu, por outro lado, na exata medida em que as demandas por mensagens de caráter identitário foram sendo geradas pelos grupos sociais dirigentes que se encontravam inseridos no próprio contexto histórico-social regional (e em sintonia com os desdobramentos das conjunturas nacional e internacional) (Paiva, 2000, p.15).

Esse aparato institucional surge a partir de três organizações destacadas por Paiva (2000): A Universidade Livre de Manaus (1909), O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (1917) e a Academia Amazonense de Letras (1918). Essas instituições tinham o objetivo de, em consonância com o que vinha sendo produzido nacionalmente pelo IHGB e a ABL, contribuir com a construção do discurso identitário e da escrita da História. A intelectualidade que se forma no período entre os anos de 1900-1920, de acordo com o autor, pôde obter projeção no campo intelectual através das condições de possibilidade do final do século anterior, que propiciou um crescimento econômico significativo na região amazônica e, desse modo, fez com que, da mesma forma Manaus, fosse palco da expansão cultural e da formação de uma classe intelectual manauara. Reis é fruto, portanto, desse contexto. Tornando-se Primeiro Secretário do IGHA em 1931 – ano da publicação do seu livro de estreia –, Reis consagra-se como um dos representantes dessa nova geração de intelectuais que emerge a partir das décadas iniciais do século XX. Afirma Dantas:

Sua geração nasceu sob a República e se tornou adulta em meados da década de 1920, vivenciando, a nível nacional, a crise da estrutura política da Primeira República, caracterizada pela política dos governadores e pelo protecionismo ao café; e, a nível local, foi a geração que vivenciou o agravamento da crise econômica decorrente da queda dos preços da exportação da borracha no Amazonas. Dessa maneira, a crise econômica e política que marcou os anos 1920 no Amazonas foram eventos marcantes para esta geração, formando assim um campo que compartilhava uma experiência social de marginalização política, endividamento econômico e falência cultural (Dantas, 2014, p. 43).

Na análise pretendida sobre Autores e Livros, Gomes faz uso também da noção de “geração”. Problematizada a partir de sua ideia moderna do século XIX e pautada em uma percepção positivista e até evolucionista de grupos intelectuais, a historiadora chama a atenção para a utilização do termo em consonância com a ideia de “memória” e “história”:



Falar de geração nessa perspectiva é falar de relações entre “pessoas” de um mesmo grupo (que podem ou não ter a mesma classe de idade) e é falar também de relações entre gerações, pois há uma nítida dinâmica contrastiva nesse processo. Em qualquer das dimensões, a indicação é dar um tratamento “social” ao tempo, tratamento esse que os approaches estruturalistas abafaram (Gomes, 1999, p.40).

Essa modificação do uso do termo *geração* indica para a percepção das produções simbólicas de um grupo intelectual como reflexo de um tempo exterior – o contexto regional e nacional que condiciona suas produções – e de um tempo interior – a forma que esse grupo recebe as modificações e alterações contextuais e socialmente localizadas. Ademais, a historiadora adverte para a própria historicidade que está imbricada na produção de uma geração intelectual, pois é isso que a dá o caráter de especificidade e diferenciação de gerações anteriores ou posteriores. Como afirma:

Falar de geração é falar não só de relações entre pares, como de relações de filiação e negação entre experiências geracionais. Ambas as coordenadas – sincrônica e diacrônica – constituem a noção e permitem a tomada de consciência de uma temporalidade própria (Gomes, 1999, p.41).

Ao lado da noção de geração, está também a de *sociabilidade*. Os dois sentidos de sociabilidade levantados pela autora também podem ser elucidativos do *locus* da gênese de produção de Arthur Reis. O primeiro sentido de sociabilidade é organizacional. Ou seja, é necessário perceber os lugares de sociabilidade que possibilitaram a reprodução de determinado saber em um determinado tempo histórico. Aqui podemos relembrar a importância das três já mencionadas organizações que operam no contexto amazônico do século XX. Nelas os mais diversos intelectuais se abrigam e legitimam suas produções. Arthur Reis participa como membro não apenas do IGHA como também de Institutos de outras regiões (Ceará, Pará, São Paulo, Rio de Janeiro) e, através de sua inserção nesse meio, adquire aprovação. O segundo sentido seria simbólico, e estaria localizado no espectro de afetividade e hostilidade que determinados grupos compartilhavam, demarcando, assim, suas visões de mundo e suas discordâncias. A partir do uso dessas duas noções no processo de análise – *geração e sociabilidade* – é possível entender a ascensão de intelectuais como Reis na produção histórica. Defende:

Nesse sentido, geração e sociabilidade podem se tornar instrumentos analíticos operacionais para se pensar a estrutura de relações sociais de um “domínio intermediário” situado entre um macrogrupo (a nação, por exemplo) e o grupo familiar e congêneres (Gomes, 1999, p. 42).



Para compreender como essas formas de se pensar a História foram condicionadas na produção historiográfica de Arthur César Ferreira Reis, convém então fazer uma breve análise de pontos específicos de sua obra de estreia, *História do Amazonas* (1931).

ANÁLISE DA OBRA

Agradecimentos, Dedicatória, Sumário

Para iniciar sua obra, Ferreira Reis dispõe de dois parágrafos de agradecimento para as pessoas que o auxiliaram durante a escrita de seu livro: sua esposa, Graziela da Silva Reis, filha, Iria da Silva Reis, e a seus pais, Vicente Torres da Silva Reis e Emilia Ferreira Reis. Algo que chama a atenção nesse primeiro momento em sua obra é a dedicatória: Ferreira Reis dedica sua obra de estreia à “geração nova de minha terra, para educar-se no exemplo dos homens que passaram e ter forças a fim de batalhar pelo Amazonas” (REIS, 1931, p. 4). Além disso, Reis afirma que essa mesma geração nova está começando a se redimir através do civismo propagado por Álvaro Maia. Maia, por sua vez, assume o governo do Amazonas como interventor do Estado Novo de Vargas com o objetivo de reparar os danos causados pela crise econômica que assolava a região nas décadas anteriores, sobretudo no que diz respeito ao comércio da borracha. Álvaro Maia assume o posto de interventor no Amazonas nos anos 30, mesmo cargo que três décadas depois o próprio Reis irá assumir no Estado – talvez isso explique a simpatia do autor com os ideais políticos de Maia, demonstrados na dedicatória. Sobre a fase Maia no governo do Estado, Alves afirma:

Quando em novembro de 1937 Vargas dá seu Golpe de Estado, Álvaro Maia, o governador constitucional, permanece no cargo como interventor, mesma função que exerceu quando chegou ao governo do Estado pela primeira vez. Isso foi possível graças ao “prestígio de Álvaro Maia junto a Vargas” (Alves, 2009, p.34).

A apresentação da obra, feita pelo próprio autor, indica que a sua tentativa não passa de um ensaio, afirmando que a *História do Amazonas* ainda não estava escrita, que o que existia de produção ainda era bastante incipiente, colocando-se também como pioneiro na empreitada da escrita de algo melhor desenvolvido. Com o recorte temporal partindo dos antecedentes da colonização até os primeiros anos da República, Reis pretende esboçar um “quadro da evolução amazonense” (REIS, 1931, p.7). Para esse feito, o autor defende a construção da sua pesquisa em forte amparo documental, baseado em monografias, teses, busca em bibliotecas e até no depoimento de testemunhas. Apesar



de seu desafio, Reis sabia de sua limitação. Como todo historiador, o intelectual precisou fazer recortes temporais e, da mesma forma, nos objetos de sua análise para melhor definir o foco de sua obra. Esse recorte no objeto foi defendido em sua apresentação, que explica o seu não pronunciamento no que diz respeito aos povos indígenas no processo de colonização do Amazonas. De acordo com Reis, apesar do grave erro, “discutir os problemas relativos a essas gentes importaria em fugir aos objetivos que nos marcamos e em torná-lo maçante.” (REIS, 1931, p.7). Mas que objetivos seriam esses?

É possível perceber claramente os objetivos de Reis na organização do sumário de sua obra. Cabe destaque aqui a informação da não existência de sumário na primeira edição do História do Amazonas. O que aqui será analisado diz respeito à segunda edição do livro, publicada pela Superintendência Cultural do Amazonas, no ano de 1989, e que faz parte da Coleção Reconquista do Brasil. Apesar do acréscimo de prefácios e textos de apresentação do autor e obra, as posteriores edições permanecem com a mesma estrutura no sumário. Com o total de vinte capítulos que abordam desde os antecedentes históricos dos processos colonizadores, tanto espanhol quanto português, até a indicação e a chegada ao poder dos primeiros governadores do Amazonas, Reis propõe uma história que se pretende completa sobre o seu Estado.

Apesar de todas as suas limitações aqui já apresentadas e todas as críticas já conhecidas a respeito de sua análise historiográfica, Ferreira Reis adquiriu prestígio e sua obra ficou conhecida em todo o país, ganhando destaque na historiografia nacional. Isso se explica pelo fato do autor ter condensado em sua escrita as influências do século XIX e o início do XX que pairavam pelos ares intelectuais do Brasil. A obra de estreia de Reis é a demonstração clara da produção que estava sendo feita no início dos anos 1900 no campo historiográfico. Para entender melhor essa escrita, e em concordância com conclusões apresentadas por Sousa (2009) em sua dissertação acerca da obra de estreia de Ferreira Reis, convém analisar alguns trechos do livro História do Amazonas (1931), tentando relacionar com o que se conhecia da escrita historiográfica nesse momento específico.

Entre heróis e batalhas no Rio Amazonas: a escrita da História por Ferreira Reis

Nessa seção se pretende apresentar alguns recortes que demonstrem como a perspectiva historiográfica de Reis é sentida e transpassada em sua obra de estreia. As conclusões aqui como foram afirmados, a divisão do livro de Reis é feita em vinte



capítulos. A primeira coisa que pode chamar a atenção é o destaque dado a figuras consideradas importantes no processo colonizador na Amazônia. O primeiro capítulo faz referência aos antecedentes históricos que permitiram a ascensão de Portugal e de Espanha nas “Grandes Navegações”, bem como a partilha das terras recém “descobertas” pelo Tratado de Tordesilhas. Inicialmente, o recorte geográfico referente à Amazônia era quase todo do reino espanhol. Entretanto, como já é conhecido pela História, Portugal acabou, com o tempo, conquistando parte do território espanhol e o colonizando para si. Entre esses dois processos colonizadores, que Holanda (1995) entende a partir da adaptação da tipologia de Max Weber como antagonistas e contrárias, Reis dá destaque para figuras históricas específicas. Vejamos um pouco sobre isso.

Ao tratar sobre o momento da “descoberta”, Arthur Reis dá ênfase em dois personagens históricos principais: Orellana e Ursua. Além disso, Reis também separa um capítulo específico para falar sobre Pedro Teixeira, aventureiro português. E o que essas três figuras históricas têm em comum? Os três dedicaram suas vidas a conhecer e conquistar as terras do Novo Mundo. O seu heroísmo e bravura, por isso, deveriam ser destacados. Para Reis, a importância era tanta que, ao final do capítulo dois, onde o mesmo escreve sobre Orellana e Ursúa, o autor separa um momento em seu texto para abordar a biografia do primeiro. Essa prática se repete constantemente em seus capítulos, evocando inclusive a tentativa de um esboço de “galeria dos criadores do Novo Mundo” (REIS, 1931, p.23). Outra vez essa prática se percebe quando, após escrever as desventuras de Pedro Teixeira na terra recém encontrada, Reis menciona a sua relevância para o contexto histórico e afirma que Portugal deve-lhe a conquista da Amazônia (REIS, 1931, p.41).

Algo ainda mais interessante sobre a escrita de Reis é a limitação bem admitida na apresentação de sua obra. No que diz respeito à abordagem sobre os povos ameríndios, Reis defende a não menção por dois motivos principais: a fuga do objetivo principal da obra e a não exatidão do material disponível relativo à quantidade de povos existentes no momento da chegada do europeu. Apesar dessa ausência, Reis dispõe de um capítulo inteiro para a abordagem de um personagem histórico extremamente significativo na relação estabelecida entre o aborígine e o colonizador. Esse personagem é Ajuricaba.

É sabida por muitos a dinâmica guerreira do povo indígena conhecido como os Manaós. Ocupando a região do Rio Negro antes da chegada, a relação entre esse povo e



os colonizadores foi descrita pela historiografia como conflituosa e, muitas das vezes, sangrenta. Sobre os Manaós, Reis escreve:

Indômitos, assinalando a presença pela força das armas, esses ameríndios destacavam-se no volume das gentes, por que se impunham às demais, exigindo-lhes vassalagem, obrigando-as a sujeição. [...] Votavam a mais decidida aversão aos brancos conquistadores que vinham subindo o rio e contra o qual se defenderam sempre. Os autores antigos unanimam em acusá-los de antropofagia. Mas onde as provas? (Reis, 1931, p. 77).

Talvez o que deve chamar a atenção nesse capítulo é menos a descrição das lutas e conflitos entre os portugueses e os ameríndios, e mais a escrita sobre o principal Ajuricaba. Esse é descrito como valente guerreiro, temido por toda a aldeia e também venerado por quem o conhecia. Reis mesmo menciona algumas descrições feitas sobre Ajuricaba por cronistas, referenciando o ouvidor Francisco Xavier Ribeiro Sampaio e o seu Diário da Viagem, que o caracteriza como “dotado com ânimo valente, intrépido e guerreiro” (REIS, 1931, p.94).

Reis, entretanto, se destaca pela abordagem que faz sobre o principal. Ao final do capítulo, o autor levanta uma certa discussão historiográfica sobre o que já havia sido produzido a respeito dos Manaós e, sobretudo, a respeito de Ajuricaba. A partir disso, lança algumas questões: “Ajuricaba foi traidor? Ajuricaba manteve aliança com os holandeses?” (REIS, 1931, p. 84). Essas questões foram levantadas pois durante muito tempo justificou-se a ação portuguesa contra os Manaós pois, segundo os colonizadores, o líder tinha relações estritas com os holandeses, inimigos da colonização portuguesa. Entretanto, a partir de uma análise feita a partir de documentos de Joaquim Nabuco, utilizados pelo professor Miranda Leão em sua monografia, Reis defende a ideia de que essa lenda fora apenas uma saída para o pretexto da instituição da guerra portuguesa, uma vez que sem ela a ocupação do território não seria possível e nem a busca por lucros pelos comerciantes e sertanistas. Na nota de rodapé de número vinte e dois do capítulo em questão, Reis elucida melhor a sua posição no debate:

Joaquim Nabuco, provando os nossos direitos na questão de limites com a Guiana Inglesa, estudou afincadamente a história do rio Negro e do rio Branco, juntando e editando valiosa e abundante documentação, sem o conhecimento da qual não é possível escrever sobre a evolução do Amazonas. O professor Miranda Leão, aproveitando-a e juntando-a ao material que recolheu em pesquisas próprias, elaborou uma interessantíssima monografia sobre Ajuricaba, de que publicou uma síntese, por intermédio do autor dessas linhas, na revista carioca Mundo Literário. Socorremo-nos dela para as provas de que Ajuricaba nem foi traidor nem aliado dos holandeses da Guiana.

Em tais trabalhos, o erudito amazonense explica, desmentindo mais a lenda, que a bandeira da Holanda, que Ajuricaba entregou ao jesuíta Joseph de Souza, tinha sido arrebataada aos Caraíbas quando da guerra com os Manaus, em 1723 (Reis, 1931, p.85-86).



Estaria Ferreira Reis tentando fazer uma apologia de Ajuricaba? Em uma rápida leitura talvez essa seja a primeira coisa que chame a atenção do leitor. Mas mais ainda, o que deve chamar a atenção é a postura e seriedade com a qual Reis constrói o seu texto. Mesmo ainda novo – no ano da primeira publicação tinha apenas vinte e cinco anos -, o autor já tinha plena convicção da postura que deveria assumir se quisesse adentrar nos domínios da ciência histórica. Para além de uma suposta defesa de Ajuricaba, o que deve ser percebido é como Reis sustenta uma discussão historiográfica em seu livro de estreia. Tendo consciência das produções posteriores a sua obra, Reis utiliza como fonte não apenas os Documentos de Joaquim Nabuco, como também menciona a monografia do professor amazonense Homero de Miranda Leão sobre a figura histórica em questão. Barros (2011) afirma que na constituição do campo disciplinar da História, o que dá o caráter de especificidade à ciência histórica é o uso de fontes. Reis logo percebeu isso: cada referência e menção a um autor é feita em extensas notas de rodapé; sua escrita considera primordial o auxílio de fontes e materiais complementares.

As reflexões tecidas por Gomes (1999) sobre quem era o produtor de História no início do século XX traz o questionamento de qual posição ocupava Arthur Reis dentro do campo de produção de bens simbólicos. Para além de conceitualizações em termo de profissionalização do ofício, o historiador no início dos anos de 1900 era, sobretudo, um letrado. Reis fora considerado pelos seus pares como historiador uma vez que sua obra inaugural recebeu proeminência no campo intelectual em que o mesmo estava inserido, recebeu a validação de sua comunidade. Além de ter adquirido relevância no cenário intelectual amazonense graças a sua obra inaugural, Reis também colaborou com a escrita de um texto para a Coleção História Geral da Civilização Brasileira vol 1, Do descobrimento à expansão territorial, intitulado como “A ocupação portuguesa do vale amazônico e os tratados de limites”, organizada por Holanda (1960), além de ter atuado na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e na Universidade Federal Fluminense como professor de História.

Arthur César Ferreira Reis através do tempo: entre a segunda e a última edição do História do Amazonas



Lançado pela primeira vez em 1931, a obra *História do Amazonas* adquiriu diversas edições no decorrer dos anos. Aqui convém fazer uma breve menção e análise de duas específicas: a segunda edição, de 1989, e a última, de 2020.

Publicada pela Editora Itatiaia em conjunto com o governo do Estado no ano de 1989, a segunda edição faz parte da Coleção *Reconquista do Brasil*, que também conta com obras de Oliveira Lima e Capistrano de Abreu. Além de um mapa do litoral amazônico, a edição de 1989 também conta com textos de apresentação de Leandro Tocantins e Robério Braga. Ademais, em seus agradecimentos, foi acrescido um especial ao intelectual Capistrano de Abreu, que o “sugeriu a elaboração desta obra” (1989, p.13). Esses textos de apresentação merecem aqui um destaque; analisemos, então, de forma breve.

O primeiro é o de Leandro Tocantins. Conhecido escritor e ensaísta, Tocantins propôs uma análise de seu contemporâneo Arthur César Ferreira Reis, desde a sua formação intelectual até a chegada ao governo do Estado. Na tentativa de esboçar um quadro da personalidade de Reis, o ensaísta afirma que seu sucesso na posterior administração do governo do Estado se deu, sobretudo, pelo conhecimento sobre a colonização e formação do Amazonas, bem demonstrada nas suas diversas obras sobre o tema. Leandro Tocantins afirma que, em nível de comparação, apenas um político estaria à altura: Eduardo Ribeiro, que, através de sua política modernizadora para a capital, atuou segundo a revitalização da Manaus dos Trópicos. Leandro Tocantins caracteriza Reis enquanto historiador como lusotropicalista, e enquanto governador, *amazontropicalista*. Convém uma pausa na análise da edição para dar destaque a essa tipologia enquadrada por Tocantins a Reis.

O século XIX é marcado por ter sido palco de diversas teorias raciais. Desde Spencer com a adaptação da teoria evolucionista de Darwin ao meio social, passando pelo determinismo geográfico e firmando raízes na antropometria e frenologia de Broca e Morton, até na teoria do Atavismo de Lombroso: o cenário era de completa negatividade a respeito da miscigenação. O século XX chega e torna-se necessária a abordagem, por meio dos intelectuais, da miscigenação como característica formadora da população brasileira. Nos anos 30, especificamente, se levanta uma geração de intelectuais que pretendiam analisar esse processo a partir de outro viés. Influenciados pela noção modernizadora presente no país e, sobretudo, nas décadas iniciais do século XX, esses



intelectuais revolucionaram o pensamento social a respeito da formação do Brasil. Entre eles, Arthur Cézar Ferreira Reis merece destaque.

Mas Reis não era o único. Carvalho Júnior (2020) destaca outros dois intelectuais amazônicos que emergem nesse contexto e ganham projeção a partir de ideias compartilhadas a respeito da civilização brasileira, especificamente a amazônica. São eles: Leandro Tocantins e Mário Ypiranga. Mas, como já mencionamos anteriormente, para uma ideia vigorar no meio intelectual, é preciso que haja um compartilhamento entre pares a partir de uma rede de sociabilidade. O que une, na verdade, esses três intelectuais é uma ideia de modernização para a Amazônia, influenciados diretamente pela visão de Gilberto Freyre e o Movimento Regionalista do Nordeste, que pretendia unir os pólos Norte e Nordeste do país e dar visibilidade no campo econômico e de produção social dessas regiões.

É nesse contexto que emerge a ideia de *lusotropicalização* que, defendida por Freyre, interpretava o processo de miscigenação a partir de ares coloridos, belos, e que via algo de positivo nesse processo de adaptação do português ao nativo, e vice-versa. Para o nordestino, a relação estabelecida pelos dois pólos conflitantes era diferente no Brasil; o que a chamada civilização luso-tropical tinha de mais característico e único era o amor português no emaranhado de suas dinâmicas. Alinhada a essa percepção emerge a *lusotropicologia*, que estabelece a relação entre uma ideologia e um plano de Estado, especialmente quando voltada a sua visita à Amazônia e seus planos para a região. Nesse contexto, Reis estava na direção da S.P.V.E.A – Superintendência de Plano de Valorização Econômica da Amazônia -, e Freyre acreditava que o seu poder estava na possibilidade de fazer com que a Amazônia tivesse um desenvolvimento pautado nos ideais da *lusotropicologia*.

Reis, para Freyre, seria um importante instrumento na cristalização da nova ciência pois, além do seu poder no campo intelectual e seu vasto conhecimento enquanto historiador amazônico, Reis também estava articulado no campo político, e suas atuações se convergiam para a marcha do desenvolvimentismo na região amazônica durante a segunda metade do século XX. Reis, em sua análise sobre a miscigenação, defende os ideais da *lusofonia*, e Freyre adianta a discussão afirmando que se há algo de positivo na miscigenação é o sangue português que atribui. Mesmo destoando um pouco do discurso oficial, Ypiranga concentra suas análises na cultura que venceria no processo de formação



da Amazônia – a cultura mestiça. Leandro Tocantins, por sua vez, possui relações íntimas com Reis e Freyre, pautando suas discussões na valorização do hibridismo e da mistura como solução do problema. Não à toa Tocantins escreve o prefácio em questão enaltecendo o antigo amigo historiador e combatente no processo desenvolvimentista da Amazônia. Esses autores, segundo Carvalho Júnior, criaram entre si uma rede de compartilhamento de ideias e sociabilidade, referenciando-se entre si e possibilitando a dispersão de um ideal modernizador para a Amazônia. Vê-se:

A defesa da cultura indígena por Ypiranga fugiu um pouco mais desse eixo, mas ainda comunga do mesmo sentimento local, romântico e nostálgico. O índio com sua inteligência e sua civilização distinta, ainda é uma etapa que será suplantada pelo caboclo, esse sim representaria o futuro. Ferreira Reis e Gilberto Freyre são francamente lusófilos partidários de uma visão positiva da mestiçagem, mas fundamentalmente partidários das fontes europeias. Tocantins, da mesma forma, defende a cultura local como as respostas possíveis da experiência humana para sintonizar as ações de intervenção na região, tornando-as mais eficazes e valorizando as raízes amazônicas, ainda que tenha sido sensível, em certa medida, à preservação da floresta (Carvalho Júnior, 2020, p. 70).

No que diz respeito à administração de Reis, Tocantins afirma:

Mas, é de sua índole e até de seu entusiasmo – presenciamos isto na chefia do executivo amazonense – a política aristotélica essencialmente unida à Moral, eis que o fim precípua do Estado é a formação correta dos cidadãos, e o conjunto de meios para isso, considerando o bem-estar e a felicidade coletiva. O bem comum para a satisfação de todo o necessário à saúde da sociedade, uma vez que o homem, sendo animal e social não pode prescindir do Estado para o equilíbrio e o progresso (Reis, 1989, p. 16).

Robério Braga, presidente do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas no momento em questão, partilha opiniões similares às de Leandro Tocantins sobre o historiador amazonense. Em seu texto “Arthur Reis – o Mestre da Amazônia”, Braga afirma que a região amazônica é parte significativa da figura de Reis, aspecto bem confirmado na vasta produção do historiador sobre o assunto. Além disso, Braga destaca a importância de Arthur Reis na produção da escrita da História, bem como o seu reconhecimento nacional e internacional através de premiações e falas em eventos e conferências ao redor do mundo. Ao falar sobre a gestão política de Reis, especialmente enquanto interventor militar do Amazonas no governo do marechal Castelo Branco, Braga afirma:

Não está em julgamento sua administração, nem a gestão política de seu governo, até porque instaurado em situação especialíssima, não pode ser comparado nem analisado à luz dos anos que correm. É



preciso permitirmos que a consciência histórica se implante, definitivamente (Reis, 1989, p. 30).

Concordamos com Braga que o que está em análise aqui não é a figura de Reis enquanto governador do Amazonas, pois entendemos que desse assunto outros pesquisadores já se debruçaram - e debruçam - no curso da História e que foge do objetivo traçado inicialmente.

Já a segunda edição que aqui se pretende analisar é a mais recente, publicada em 2020, pela Editora Valer. Além dos vinte capítulos, a edição mantém o texto de Robério Braga e o realoca ao final do texto, em uma parte intitulada “Sobre o autor”. Além disso, conta com um texto de apresentação do professor titular da UFAM, Renan Freitas Pinto. O autor da apresentação aponta alguns pontos importantes do imaginário de Reis quando a escrita da sua obra de estreia, entre eles a noção de ser pioneiro na empreitada de uma História do Amazonas, em si mesma mais completa e mais densa, assim como a construção do seu pensamento historiográfico sobre a Amazônia disposto em seus diferentes livros, também com diferentes temáticas. Apesar do seu caráter inovador, Renan Freitas Pinto defende a consciência de Reis que o seu trabalho precisava – e deveria – ser complementado por pesquisas posteriores; deveria ser revisitada por novos pesquisadores, a fim de aprofundar em aspectos deixados de lado pelo mesmo ou que ainda já tenham sido revistos pela historiografia mais atual. Sobre esse ponto, merece destaque a fala de Reis referenciada por Pinto em sua apresentação à edição de 2020:

Tentei no começo de minha vida intelectual, ainda cheio de entusiasmo que o verdor dos anos permitia, uma “História do Amazonas”. Foi ação ousada, reconheço. Impunha-se, no entanto, elaborá-la com urgência, para dar fundamento à conscientização que pretendíamos criar nas novas gerações, preparando-as para um estado d’alma permanente no particular dos dias que se seguissem para o Amazonas. Numa reedição que tivesse que fazer, a “História do Amazonas” seria inteiramente refundida e acrescida. Os elementos novos colhidos são imensos e autorizam uma outra realidade. Não me disponho a realizar essa tarefa agora. Os problemas do Estado consomem o que seria necessário para a revisão e os acréscimos (Reis apud Renan Freitas Pinto. In: Súmula de História do Amazonas, 1965, p.9-10).

Apesar de suas limitações, assim como todo historiador, Arthur Reis influenciou a historiografia e uma geração não apenas de intelectuais, como também de engajados políticos, que viam em sua imagem um exemplo de professor, historiador, escritor, ensaísta e político. Essa admiração se faz presente nos *blurbs* dispostos na edição de 1989, escritos pelo ex-governador do Amazonas, Amazonino Armando Mendes e o então superintendente cultural do Amazonas, Luiz Maximino de Miranda Corrêa. O primeiro



afirma que “se tornou mais humanista” através da leitura dos livros de Ferreira Reis (REIS, 1989, p.11) e o último defende a reedição do livro de Reis como a oportunidade da nova geração de conhecer mais sobre a formação e a história do povo amazônico.

A importância da análise de uma obra no decorrer do tempo está imersa na defesa de que não apenas o livro mas também o ato de ler, a leitura, possui a sua historicidade. Darnton (1992) defende que o modo de receber uma produção literária muda com o passar do tempo, pois os anseios e as preocupações humanas também se modificam. O que era pauta e de interesse social no século XVIII não permanece o mesmo no século XXI, isso porque os questionamentos acerca da vida e da sociedade se alteram, se aprofundam e adquirem novos significados.

O mesmo acontece na historiografia. A preocupação que Reis tinha em tornar legítima a identidade regional possibilitou a escrita de sua obra de estreia e sua consequente aprovação pelos pares. As críticas são válidas, úteis e necessárias, pois o cerne do ofício do historiador se baseia na modificação e no melhoramento das análises, melhoramento esse possibilitado pelas críticas da comunidade. Entretanto, seria desonesto analisar com a percepção historiográfica atual uma obra produzida no início do século passado; estaríamos condenando a nossa análise ao perigo que a todo historiador corre iminente: o da anacronia. É preciso, então, ter o olhar sensível para contextualizar e situar o autor em seu momento de produção, atentando para as condições de possibilidade que o fizeram importante e relevante em um determinado tempo histórico. Se hoje Reis não é o primeiro historiador a ser consultado no momento de referenciar produções historiográficas sobre a História da Amazônia, é preciso pontuar, sempre que possível, as suas contribuições e inovações para o que hoje chamamos de historiografia amazonense. Foi a partir dele e de tantos outros autores, como Leandro Tocantins e Mário Ypiranga, que a visibilidade da Amazônia foi admitida em outras partes do país, auxiliando, assim, na construção de uma representação da região amazônica e de suas características. Adverte Darnton:

Os esquemas interpretativos pertencem a configurações culturais, que têm variado enormemente através dos tempos. Como nossos ancestrais viviam em mundos mentais diferentes, devem ter lido de forma diferente, e a história da leitura poderia ser tão complexa quanto a história do pensamento. (...) Não há caminhos diretos ou atalhos, porque a leitura não é uma coisa distinta, como uma constituição ou uma ordem social, que pode ser rastreada através do tempo. É uma atividade que envolve uma relação peculiar - por um lado o leitor, por outro o texto. (...) Esses pontos se sobressaem em um processo muito



mais profundo, muito mais vasto - o esforço eterno do homem para encontrar significado no mundo que o cerca e no interior de si mesmo. Se pudéssemos compreender como ele tem lido, poderíamos nos aproximar de como ele compreende a vida; e dessa maneira, da maneira histórica, poderíamos até satisfazer parte de nossa própria ânsia de significado (Darnton, 1992, p. 233-234).

Conclusão

Ao analisar a trajetória intelectual de Arthur Cézar Ferreira Reis, é possível perceber como o contexto em que estava inserido condicionou sua produção historiográfica, especificamente no tocante de sua obra de estreia, *História do Amazonas* (1931). À luz do campo teórico preestabelecido, é possível situar a fala de Reis na geração de intelectuais amazonenses das décadas iniciais do século XX, onde esse campo intelectual legitima e projeta a sua produção simbólica para o mercado regional e nacional.

Alinhado ao campo intelectual está o campo do poder (Bourdieu, 2007), que possibilita uma maior visibilidade de Reis e dá condições de se destacar entre tantos de seu meio, especialmente por sua vinculação ao aparelho administrativo do Estado e às Instituições que são produtoras de conhecimento histórico nesse contexto. Ao nos debruçarmos mais sobre o discurso de Reis é possível perceber a aprovação dos pares em torno de sua produção historiográfica. Essa rede de sociabilidade compartilha ideais e visões a respeito do mundo e do funcionamento da sociedade - aqui, especialmente, sobre a escrita da História - comuns, que, apesar de não existir uma ideia homogênea em um dado período de tempo, é possível perceber a existência de pensamentos comuns articulados a partir das condições de possibilidade de uma época. Carvalho Júnior (2020) demonstrou muito bem essa tese ao relacionar os intelectuais Gilberto Freyre, Leandro Tocantins, Mário Ypiranga e Arthur Cézar Ferreira Reis em torno de um plano desenvolvimentista para a Amazônia a partir de uma ideia em comum: a miscigenação como algo positivo. Essas sociedades do discurso (Foucault, 1996) são responsáveis por produzir um discurso de verdade e determiná-las como aceitas e corretas em um espaço-tempo. São essas matrizes discursivas que criam ideologias e, unidas a um plano de Estado, ditam o funcionamento da sociedade.

Na historiografia não é diferente. A presença de determinadas matrizes discursivas que vagam em um contexto histórico, e sua conseqüente identificação, permite o entendimento de que toda escrita possui sua historicidade. O homem é um



sujeito histórico e constrói a sua visão da História a partir do seu campo de inserção. Reis é um exemplo disso. Filho de uma família da elite manauara, homem de letras e imerso no campo político, Arthur Reis escreveu sua interpretação da história amazônica a partir de suas condições de possibilidade. Dessa forma, e longe de encerrar o debate acerca da importância da figura histórica de Reis e sua produção intelectual, entende-se que toda obra é revestida de significados plurais e modificáveis, mutáveis. Sua importância e relevância é atribuída de acordo com o momento em que é percebida e com as organizações mentais e simbólicas que regem culturalmente uma sociedade (Chartier, 1998). Assim, ainda há muito o que conhecer e analisar sobre a historiografia amazonense e sobre o próprio Arthur Reis. Isso porque a historiografia e a escrita histórica é uma fonte inesgotável de conhecimento, de forma que sua manutenção é regida pelo debate entre os pares da comunidade e legitimada através dela.

Data de Submissão: 16/11/2023

Data de Aceite: 27/12/2023

Referências

ALVES, Hosenildo. **Imprensa e poder:** a propaganda varguista na imprensa amazonense (1937-1945). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

BARROS, José D'assunção. **Teoria da História.** - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas:** O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. **Mestiçagem e Tropicalismo no Pensamento Amazônico:** Gilberto Freyre, Leandro Tocantins, Ferreira Reis e Ypiranga Monteiro. In: *Historiografia Amazonense em Perspectiva*. Manaus: Editora Valer, 2020.

CHARTIER, Roger. **A Ordem dos Livros:** Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ed., 1998.

DANTAS, Hélio. **Arthur César Ferreira Reis:** Trajetória Intelectual E Escrita Da História. Jundiaí, Paco Editorial: 2014.

DARTON, Robert. História da Leitura. In: Burke, Peter. **A Escrita da História:** Novas Perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. - 26. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. **A Conquista Intelectual do Amazonas (1900-1930)**. 2000. Dissertação (Mestrado) – FFCHL/USP.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. 1ªed. Manaus: Tipografia Reis, 1931.

_____. **História do Amazonas**. 2ªed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

_____. **História do Amazonas**. 22.ed. - Manaus: Editora Valer, 2020.

SOUZA, Lademe Correia de. **Arthur Reis e a História do Amazonas: Um Início em Grande Estilo**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2009.

